

SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL DO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ S/P E A PREVENÇÃO AO SUICÍDIO.

ODS 3 (SAÚDE E BEM ESTAR)

Mestrando: Wilson de Oliveira (Universidade de Taubaté)
Orientadora: Profa. Dra. Angela Michele Suave (Universidade de Taubaté)
Coorientador: Prof. Dr. Regis de Toledo Souza (Universidade de Taubaté)

Resumo

A partir da década de 1990 o suicídio passou a ser considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) um problema de Saúde Pública, onde a partir de então Planos Nacionais estão sendo criados para a sua prevenção. Uma das propostas é a qualificação dos profissionais, assim como conscientizar a população em torno da importância das práticas de prevenção voltadas ao suicídio e as suas tentativas. Assim a presente pesquisa objetiva analisar como esses profissionais narram as suas práticas no âmbito da prevenção ao suicídio. Do ponto de vista metodológico será utilizada uma abordagem qualitativa com o uso da entrevista para a coleta de dados. A revisão de literatura abordará aspectos históricos do suicídio, assim como um levantamento das Políticas Públicas de Saúde, buscando compreender quais são as responsabilidades do serviço de saúde pública frente a esta demanda. Pretende-se com os resultados desta pesquisa realizar uma comparação com o escopo teórico e compreender como as narrativas destes profissionais da saúde mental podem influenciar aquelas pessoas que buscam tratamento nos CAPS do município.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Humano; Suicídio; Políticas Públicas; Profissionais da Saúde Mental.

Introdução

No desempenho das minhas atividades como Psicólogo na área de Saúde Mental e como coordenador do Grupo de Prevenção ao Suicídio tenho experienciado algumas

situações que envolvem o acolhimento e os cuidados de pessoas que atentaram contra a própria vida. Estas experiências me levaram a reflexões e questionamentos sobre quais as ferramentas que esses serviços podem oferecer ou oferecem aos profissionais.

A tentativa de suicídio é um fenômeno multifatorial, e para que os profissionais que atuam na área da Saúde Mental possam avaliar o risco deste ato é necessário um levantamento da história individual, devem ser investigados fatores de riscos e de proteção, compreensão dos comportamentos suicidas e a identificação iminente de sinais de alerta sobre o risco.

Na intenção de prevenir o suicídio foram adotadas algumas estratégias no campo da Saúde, seguindo os direcionamentos da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) o Ministério da Saúde vem realizando publicações de manuais direcionados para os Profissionais da Área de Saúde Mental, Atenção Básica, Educação, Conselheiros e mídias diversas (Dantas 2019).

Em dezembro de 2017 foi criado um Comitê de Prevenção ao Suicídio no Município de Taubaté SP, que realiza suas ações de acordo com as notificações compulsórias do Município. Os serviços de saúde também podem e devem ser reconhecidos como uma ferramenta para estes momentos de crise.

Revisão da literatura

De acordo com Minayo (2016), a revisão da literatura é uma etapa importante na construção de um projeto científico, é a base de sustentação responsável tanto pelas formas de orientação quanto pela análise do objeto. É diante de uma teoria e seus conceitos que se define o objeto de estudo.

A revisão de literatura está dividida em 2 partes: Será realizado uma revisão sobre o tema Suicídio, e do histórico das Políticas Públicas de Saúde, buscando compreender quais são as responsabilidades do serviço de saúde pública frente a esta demanda.

Para uma compreensão histórica e social do fenômeno do Suicídio utilizamos como referencial teórico: George Minois, Emile Durkheim, Neury José Botega e Karina Okajima.

De acordo com os ensinamentos de Alvares (1999) na Idade Média o suicídio estava além da cobertura literária, era considerado uma objeção moral inaceitável, as barbáries praticadas contra o corpo do cadáver eram motivos de prazer, realizadas legalmente pela elite eclesiástica.

Enquanto que no passado era inconcebível o favorecimento da morte voluntária, na Modernidade as grandes escolas filosóficas adotam posições específicas pautadas no direito de cada cidade adotar ou não as punições. É o próprio indivíduo que tem a liberdade e autonomia de decidir a respeito de sua vida ou da própria morte (Minois, 2018).

Para entendermos a Política Pública de Saúde usaremos Cartilhas do Ministério da Saúde e artigos científicos. Foram também consultadas 3 bases de dados (SCIELO, CAPES E BDTD), artigos e dissertações com os descritores Suicídio e Sistema Único de Saúde.

Para Neves (2012), antes da criação do SUS os cuidados com a Saúde eram uma atribuição previdenciária, e aqueles que não tinham registro em carteira profissional eram excluídos dos direitos à saúde, os que não tinham condições de pagar por conta própria eram atendidos por serviços humanitários. A responsabilidade do Ministério da Saúde estava voltada para as campanhas de vacinação e manutenção de endemias.

O SUS foi criado com a lei nº 8.080, estabelecendo que a Saúde é um direito constitucional de todas as pessoas e que o Estado é responsável por este cumprimento (Matta 2007).

Método

Segundo Lakatos (2003) o método científico se resume em uma teoria de investigação, são atividades feitas com economia e segurança de forma sistemática e racional que permitem alcançar o objetivo da pesquisa. Para a mesma autora o método possibilita a detecção de erros e auxilia as decisões tomadas pelo pesquisador.

Será realizado uma pesquisa qualitativa e transversal. Para Pereira (2012), na pesquisa qualitativa existe uma ligação inseparável entre a subjetividade da pessoa e o mundo objetivo, que não podem ser expressos através de números.

Após autorização do Comitê de Ética, será realizado de forma prévia contato com os participantes para apresentação da pesquisa e explicação dos seus objetivos, o instrumento utilizado para a coleta de dados será uma entrevista com perguntas abertas.

A entrevista é a técnica mais utilizada em uma pesquisa de trabalho de campo, é uma ferramenta que favorece a abertura, ampliação, proporcionando um maior aprofundamento na comunicação, segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2016), é através de uma entrevista que encontramos uma “conversa com finalidade”.

A análise dos dados será realizada ainda de acordo com os mesmos autores, da seguinte forma: será feito uma decomposição do material a ser analisado, dividindo-os em categoria, é importante que exista o mínimo de inferência por conta do pesquisador, após essa decomposição será realizado uma exposição dos resultados encontrados na análise, e por fim será realizada uma interpretação utilizando a fundamentação teórica para compreender os resultados obtidos nas entrevistas.

Resultados ou Resultados Esperados

Pretende-se com os resultados advindos das entrevistas comparar com o escopo teórico e compreender através destes ensinamentos como as narrativas que atribuímos ao suicídio e as suas tentativas podem influenciar àquele que busca pelo tratamento nos CAPS do município de Taubaté. Utilizando dos objetivos específicos iremos explorar o significado que cada profissional escolhido para participar do projeto tem em relação ao suicídio e as suas tentativas, buscando analisar o quanto suas crenças e opiniões podem ser instrumentos de acolhimento ou não diante de uma abordagem realizada para uma demanda de tentativa.

Com os resultados obtidos também pretendemos observar se as condições oferecidas pelos serviços estão de acordo com as descritas no referencial teórico e o quanto a falta dessas condições podem interferir frente ao acolhimento destas pessoas.

Considerações finais

A pesquisa ainda se encontra em fase de construção, concomitante a aprovação do Comitê de Ética segue o Levantamento da revisão de literatura para posteriormente serem colhidos os dados e analisados para responder os objetivos de maneira clara conforme os preceitos da produção científica.

Referências

ALVAREZ, A. **O deus selvagem**: um estudo do suicídio / A. Alvarez; tradução de Sônia M – São Paulo: Companhia dos livros – 1999.

BRASIL, Lei nº 13.819 de 26 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a lei nº 9.656 de 3 de junho de 1998.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 26 de abril de 2019. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13819.htm

DANTAS; ÉDER SAMUEL OLIVEIRA. **Prevenção do suicídio no Brasil: como estamos?** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 29(3), e290303, 2019

LAKATOS, E. M.; MARCONI M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTA, Gustavo Corrêa. **Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde**. In: MATTA, Gustavo Corrêa; PONTES, Ana Lucia de Moura (Org.). Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007. p. 61-80. (Coleção Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde, 3).

MINOIS, GEORGES. **História do Suicídio: a sociedade ocidental diante da morte voluntária** / Georges Minois; traduzido por Fernando Santos. – São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MINAYO, M. C. S. (Org.). DESLANDES S. F.; GOMES, R., **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis RJ: Vozes, 2016. (Série Manuais Acadêmicos) 4^o reimpressão, 2021.

NEVES, ANA VANESSA DE MEDEIROS, **Políticas públicas de saúde para concursos** / Ana Vanessa de Medeiros Neves. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SES, **Manual de orientações para o atendimento à pessoa em risco de suicídio**, Brasília, 2021.
Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br>